

# Sumário

Número de notícias: 18 | Número de veículos: 12

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Secretaria refaz portaria sobre vendas em sites ..... 3

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

STF marca julgamento sobre sistema de controle de bebidas ..... 4

VALOR ONLINE - NOTICIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Serviços financeiros: o perigo da regulação do IBS/CBS ..... 5

FOLHA ONLINE - SP - SAÚDE  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reduzir uma dose de álcool por dia evitaria 157 mil casos de câncer no Brasil até 2050  
..... 7

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Fintechs na mira da tributação ..... 9

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

LULA: "IMPOSTO PARA MAIS RICOS É QUESTÃO DE DIAS" ..... 11

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
SEGURIDADE SOCIAL

Após Câmara derrubar MP do IOF, Lula fala em elevar tributo de fintechs ..... 13

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

Após queda da MP, governo quer limitar compensação de tributo ..... 15

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Ideia de cortar gastos tributários já esteve sobre a mesa da Fazenda ..... 17

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Bancos e fintechs se enfrentam nos bastidores da MP ..... 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

DF tem a maior desigualdade do país ..... 21

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

"Subir IOF para compensar MP poderia cair no STF" ..... 23

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Medida deve injetar R\$ 27 bi por ano na economia ..... 25

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

Após surpresa, economistas melhoram cenário para inflação ..... 26

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
ECONOMIA

Rejeição da MP obriga o governo a conter gastos (Editorial) ..... 28

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

Derrota do governo na MP do IOF derruba juros futuros e dá alívio a LFT ..... 30

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
SEGURIDADE SOCIAL

Efetivar temporários deve custar R\$ 24,7 bi ..... 32

FOLHA ONLINE - SP - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Careca do INSS comprou prédio de R\$ 4 mi à vista quatro anos após financiar lote de R\$ 109 mil ..... 33

# Secretaria refaz portaria sobre vendas em sites

A Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), voltou atrás na determinação que suspendia a venda de bebidas destiladas em sites de comércio eletrônico.

O órgão esclareceu que a restrição se aplica apenas a insumos usados na falsificação, como lacres, tampas, selos e garrafas sem valor colecionável.

A decisão revisa orientação anterior e tem como meta coibir práticas que possam facilitar a produção de bebidas adulteradas ou contaminadas.

A notificação foi enviada a 10 plataformas - Shopee, Enjoei, Mercado Livre, Amazon Brasil, Magazine Luiza, Casas Bahia, Americanas, Zé Delivery e Carrefour - com recomendação de reforçar o controle sobre anúncios e vendedores.

De acordo com a Senacon, as empresas devem revisar imediatamente publicações de bebidas sem comprovação de origem, rotulagem ou registro nos órgãos competentes. A secretaria destacou que o comércio on-line de produtos com procedência regular permanece autorizado.

O órgão do Ministério da Justiça também orientou as plataformas a aprimorar mecanismos de verificação e adotar sistemas de rastreabilidade, para garantir que apenas produtos certificados e legítimos cheguem aos consumidores. A comercialização de bebidas falsificadas é considerada infração grave, sujeita a sanções administrativas, multas e processos criminais.

## Reativação do Sicobe

Já o Supremo Tribunal Federal (STF) marcou para o período entre 17 e 24 de outubro o julgamento sobre o restabelecimento do Sistema de Controle de Produção de Bebidas (Sicobe), em meio à crise provocada pela contaminação de bebidas alcoólicas com metanol. O sistema, extinto em 2016 pela **Receita Federal**, monitorava o volume de produção de refrigerantes, cervejas e águas. O processo será analisado em plenário virtual, sem discussão entre os ministros.

Em abril deste ano, o ministro Cristiano Zanin suspendeu os efeitos da decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) que obrigava o retorno do Sicobe. Para o magistrado, a medida criaria um

benefício tributário sem previsão orçamentária, o que violaria a Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Sicobe foi desativado em dezembro de 2016, no governo do ex-presidente Michel **Temer**, por determinação do Ministério da Fazenda. A decisão levou em conta o fim do contrato com a empresa responsável, o alto custo de manutenção - estimado em R\$ 1,5 bilhão - e investigações da Polícia Federal (PF) que identificaram pagamento de propinas de cerca de US\$ 15 milhões e direcionamento do contrato à empresa sueca Sicpa.

Em 2021, a Sicpa firmou acordo de leniência, reconheceu as irregularidades e devolveu R\$ 762 milhões aos cofres públicos. No ano passado, o TCU determinou a reativação do sistema, decisão contestada pela União, que levou o caso ao STF. O sistema não avaliava a qualidade das bebidas, somente o volume produzido para fins de tributação.

(RB com Agência Estado)

**Site:**

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/7899/10-10-2025.html?all=1>

# STF marca julgamento sobre sistema de controle de bebidas

*Giullia Colombo e Tiago Angelo De Brasília*

O Supremo Tribunal Federal (STF) marcou para 17 de outubro o julgamento sobre a desativação do Sistema de Controle de Produção de Bebidas (Sicobe). Os ministros vão analisar, em sessão virtual do plenário da corte, a decisão do ministro Cristiano Zanin, relator da ação, que suspendeu o restabelecimento do sistema em abril de 2025.

Na modalidade virtual, os ministros apenas depositam os votos e não há debate. O julgamento é iniciado às 11 h, com o voto do relator, e termina às 23h59 de 24 de outubro.

O Sicobe era usado nas indústrias do setor para contabilizar a quantidade de cervejas, refrigerantes e águas envasadas, além de identificar a marca e o tipo de produto fabricado. Ele ficava sob a supervisão da **Receita Federal**, mas era operado por uma empresa privada.

A instituição extinguiu o sistema em 2016 por ser custoso e defasado, mas foi reativado por decisão do Tribunal de Contas da União (TCU). Posteriormente, Zanin derrubou a decisão do TCU.

A retomada do julgamento ocorre em meio à crise do metanol em bebidas alcoólicas destiladas. O julgamento, no entanto, tratará apenas da questão tributária.

Ao suspender a decisão do tribunal de contas, Zanin acolheu os argumentos da União, autora da ação, de que havia "dificuldades para a fiscalização efetiva do setor", o que causava "prejuízo ao erário".

Para retomar às atividades do Sicobe, o TCU alegou que a suspensão só poderia ocorrer por meio de lei própria sobre o assunto, e não por ato da Receita. Segundo Zanin, no entanto, o Decreto 8.442/2015 é explícito sobre a possibilidade de o órgão dispensar a utilização de "equipamentos contadores de produção" na hipótese de "inviabilidade técnica" do sistema.

O ministro também citou que o restabelecimento do Sicobe implicaria no retomo da concessão de benefício fiscal de créditos presumidos tributários, com renúncia próxima a R\$ 1,8 bilhão por ano,

sem que o impacto fosse contemplado no Projeto de Lei Orçamentária Anual. Isso poderia violar a Lei de Responsabilidade Fiscal.

O julgamento, portanto, não tratará da qualidade de bebidas alcoólicas e se restringe apenas à atuação do antigo sistema, que fiscalizava o pagamento de **tributos** de bebidas não destiladas (ceveja, refrigerante e água).

Em nota emitida em 29 de setembro, a **Receita Federal** esclareceu que é "falsa a correlação feita pela Associação Brasileira de Combate à Falsificação - ABCF entre a criminosa adição de metanol em bebidas destiladas disponibilizadas a consumidores com o desligamento do sistema de monitoramento denominado Sicobe".

Segundo a Receita, o controle de destiladas como vodka, gin e uísque é feito pelo uso de selos, que "não têm relação nem se confunde com o Sicobe". O sistema controlava, preponderantemente, refrigerantes e cervejas.

"O Sicobe era um sistema usado pela **Receita Federal** que acompanhava, por meio de máquinas instaladas nas fábricas, a quantidade exata de cervejas, refrigerantes e águas produzidas", disse a Receita na nota.

O sistema foi extinto em 2016 e reativado por decisão do Tribunal de Contas da União

**Site:** <https://valor.globo.com/impresso/20251010>

# Serviços financeiros: o perigo da regulação do IBS/CBS

Por Eduardo Fleury

A **reforma tributária**, ao unificar **tributos** sobre o consumo no IBS e na CBS, estabeleceu regras específicas para a tributação dos serviços financeiros. A Emenda Constitucional (EC) nº 132/23 determinou que determinados serviços estariam sujeitos a um regime específico, cuja regulamentação foi detalhada pela Lei Complementar (LC) nº 214/25. Essa lei trouxe uma lista de contribuintes e operações que se enquadram nesse regime, definindo de forma mais clara quais atividades financeiras passam a ser tributadas de maneira específica, inclusive com alíquota reduzida em relação à padrão.

Segundo a LC 214/25, incluem-se entre os fornecedores dos serviços financeiros sujeitos ao regime específico instituições financeiras tais como bancos, distribuidoras, cooperativas de crédito, corretoras de câmbio e seguradoras. Também podem ser incluídos como fornecedores sujeitos ao regime específico aqueles que, mesmo não estando sujeitos à supervisão dos órgãos governamentais, prestem serviços financeiros de modo habitual, em volume que caracterize atividade econômica, ou de forma profissional.

Essa equiparação nos leva à questão central: qual o serviço financeiro relativo a operações de crédito que, realizado de modo habitual, faz do fornecedor contribuinte de IBS/CBS para fins do regime específico?

De forma simplificada, uma operação de crédito consiste na entrega de um valor monetário a terceiro com prazo de devolução, remunerado pela cobrança de juros. Por óbvio não estamos falando do serviço, mas sim da operação de crédito.

À primeira vista, poderia parecer que qualquer operação de crédito, quando feita com certa frequência, caracterizaria a prestação de um serviço financeiro. No entanto, é necessário entender qual serviço subjacente estaria sendo tributado. Conceder empréstimos em si poderia ser considerado serviço? Se pensarmos nos atos envolvidos, trata-se basicamente de preencher contratos e transferir o dinheiro para a conta do tomador. Nesse caso, a base de cálculo deveria representar a expressão econômica e material desses atos que corresponderia apenas ao

valor cobrado para a elaboração dos contratos e para a transferência eletrônica dos recursos.

No entanto, o texto legal traz tanto para as operações de crédito quanto para outras operações financeiras (exemplo: antecipação de recebíveis, securitização) a base de cálculo onde a receita de juros deve ser deduzida de um custo de captação (exemplo: curva de juros futuros da taxa DI) e de eventuais perdas no recebimento dos créditos. Em outras palavras, estamos falando do spread líquido de perdas.

O uso do spread como base de cálculo visa remunerar o serviço de intermediação financeira. *Mirrless* (Tax Design) define serviço de intermediação como sendo aquele no qual o banco mantém os recursos que nós não necessitamos no momento e busca alguém que precisa de recursos, mas que não os têm no momento. Para tanto, as instituições financeiras se utilizam de agências para captar e emprestar recursos. Além disso, ao reunir recursos de várias fontes e emprestá-los para diversas pessoas e empresas, as instituições financeiras conseguem diluir os riscos. Outros serviços de intermediação podem exigir estruturas mais reduzidas sendo remunerados por comissão (exemplo: distribuição).

Assim, retornamos ao ponto inicial relativo à definição de contribuinte do IBS/CBS para fins do regime de serviços financeiros. Se uma empresa utiliza capital próprio para realizar empréstimos, ainda que sejam em volume e/ou frequência que venha a ser exigido pela regulamentação do IBS/CBS, não podemos caracterizá-la como sujeito ao IBS/CBS sobre serviço financeiro, simplesmente porque o serviço não foi prestado. Não há intermediação financeira, nesse caso. Se por um acaso a empresa contratou um terceiro para buscar clientes interessados em tomar recursos, tal serviço deve ser tributado pelo IBS/CBS tendo como base de cálculo a comissão cobrada pelo prestador de serviço. Ainda que esse serviço seja realizado pela própria empresa concedente do empréstimo, a base de cálculo não poderia ser o spread líquido, mas sim o correspondente aos custos mais margem para captar clientes. Tal conclusão é simplesmente baseado no fato de que não existe intermediação financeira na operação descrita.

Fica bem claro que a regulamentação deveria considerar o capital próprio das empresas para

determinar se existe serviço financeiro de "operações de crédito", pois o serviço subjacente é o de intermediação financeira. Satya Poddar em "VAT - A study of Methods of Taxing Financial and Insurance Services" afirma que "quando instituições financeiras utilizam capital social para conceder empréstimos (...), a margem financeira, como resultado, passa a incluir não apenas o valor da intermediação, mas também o componente de juros puro que representa o valor temporal dos recursos próprios (equity) que os investidores disponibilizaram à instituição financeira. Portanto, é necessário um outro ajuste, desta vez para remover o valor temporal do capital próprio do cálculo da margem."

Assim, a tentativa de tributar uma empresa que realiza com frequência "operações de crédito" com capital próprio, utilizando-se o spread líquido como base de cálculo, tem como consequência a tributação da renda e não do serviço. Tributar juros não é fato gerador do IBS/CBS. Mais ainda, estaremos tributando dinheiro no tempo, o que vai contra uma regra básica do IVA de não influenciar na decisão intertemporal de consumo.

Eduardo Fleury é advogado e economista, ex-consultor do Banco Mundial, sócio da FCR Law, mestre e doutor em Tributação pela University of Florida (EUA)

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

**Notícias Relacionadas:**

VALOR ECONÔMICO - SP  
Serviços financeiros: o perigo da regulação do IBS/CBS

**Site:** <https://valor.globo.com/legislacao/coluna/servicos-financeiros-o-perigo-da-regulacao-do-ibs-cbs.ghtml>

# Reduzir uma dose de álcool por dia evitaria 157 mil casos de câncer no Brasil até 2050

**Cláudia Collucci**

Se os brasileiros reduzissem uma dose de bebida alcoólica por dia, o equivalente a uma lata de cerveja de 330 ml (cerca de 12 gramas de álcool), 157,4 mil mortes por diferentes tipos de câncer poderiam ser prevenidas nos próximos 25 anos.

A projeção vem de relatório elaborado a partir de uma nova plataforma digital, recém-lançada pela Vital Strategies, organização global de saúde pública que trabalha com inteligência de dados e políticas públicas baseadas em evidências, e que deve servir de modelo para outros países.

A ferramenta combina evidências da relação entre o consumo de álcool e risco de morte por diferentes tipos de câncer com dados sobre o uso da bebida pela população.

As projeções mundiais indicam que das 11 a 14 milhões de mortes por câncer que devem ocorrer até 2050, mais de 415 mil são atribuíveis às bebidas alcoólicas. Entre os tumores estão os de esôfago, de cólon e reto, de boca, de laringe e faringe, de mama e de fígado.

De acordo com a médica Mary-Ann Etiebet, 51, CEO e presidente da Vital Strategies, assim como as mortes relacionadas ao cigarro, óbitos associados ao álcool podem ser evitados com a adoção de políticas públicas e outras estratégias semelhantes às usadas nas campanhas antitabaco.

"No Brasil, vimos uma redução de 74% no consumo de cigarro [desde 1989] com diferentes políticas, reformas legais, regulatórias, campanhas educativas. E vimos a prevalência do câncer de pulmão cair também. Sabemos que essas políticas funcionam e sabemos como fazê-las", disse à Folha, durante evento no Centro Brasileiro Britânico na quarta-feira (8).

Natural da Nigéria e com cidadania americana, a médica iniciou sua carreira em programas de HIV/Aids no seu país natal e, depois, liderou iniciativas globais sobre cuidados maternos na farmacêutica Merck.

Segundo ela, países como Escandinávia, Finlândia, Dinamarca, Lituânia e Sérvia estão entre os que possuem políticas mais maduras de controle de álcool.

"Isso pode ser feito por iniciativas dos governos mas também com engajamento, educação e aumento da consciência do público."

No Brasil, metade da população adulta consome bebidas alcoólicas. Esses produtos fazem parte da primeira fase de regulamentação da **reforma tributária**, que criou o imposto seletivo, que prevê aumento de taxas aos produtos prejudiciais à saúde para desestimular o consumo.

"Com os enormes cortes em financiamento para a saúde global, muitos países, especialmente na África, estão olhando para as taxas de saúde como uma solução para ajudar a gerar mais renda em benefício da saúde pública."

A OMS (Organização Mundial de Saúde) recomenda aos países "acelerar as ações para atingir reduções de 20% no consumo de álcool até 2030". Além do câncer, há outras 24 doenças associadas às bebidas alcoólicas, como cirrose e outras doenças hepáticas, epilepsia, doenças hipertensivas, hemorragia intracerebral e cardiopatia isquêmica, além de agravos por violência e acidentes de trânsito.

Ciência, hábitos e prevenção numa newsletter para a sua saúde e bem-estar

Carregando...

Para Mary-Ann, como a população de uma forma geral ainda não reconhece a conexão direta que há entre o consumo de álcool e o risco de desenvolver câncer, a plataforma chega com a missão de traduzir os dados de forma que eles façam sentido à vida diária dos moradores.

"As pessoas perdem 30 dias de trabalho [no ano] para cuidar de um membro da família sofrendo de câncer. Ou não vão trabalhar um dia por mês por causa do álcool. Essas coisas estão ligadas à produtividade, à renda e ao desenvolvimento econômico", explica.

Em 2022, o tratamento do câncer no Brasil custou ao SUS (Sistema Único de Saúde) R\$ 3,9 bilhões (cerca de US\$ 722 milhões). O valor, que não inclui gastos privados, deve aumentar 68% nos próximos 20 anos, uma vez que são estimados quase um milhão de novos casos em até 2040, de acordo com a

plataforma.

Pesquisas mostram que metade das mortes por câncer está associada a fatores de risco modificáveis, como dietas ricas em alimentos ultraprocessados e bebidas açucaradas, tabagismo, consumo de álcool, poluição do ar e inatividade física.

Em consonância às recentes declarações da OMS de que a pressão de indústrias de tabaco, álcool e alimentos ultraprocessados está impedindo que governos implementem políticas de saúde que salvam vidas, a médica afirma que é preciso vigiar essas ações.

"Há interferência da indústria em todo o processo de regulações, legislações, normas. Eles trazem a má ciência e muita desinformação para essas conversas e isso não deveria ser permitido."

Ela diz que também outra estratégia da indústria é fazer com que as pessoas acreditem que as más escolhas em saúde são responsabilidades só delas próprias. "Se você é obeso é porque não tem força de vontade para fazer dieta ou disciplina para o exercício. Mas se você mora em um deserto alimentar, sem opções de comida saudável, você não pode fazer essa escolha", diz a médica.

A simulação estima a redução potencial na mortalidade projetada por câncer no Brasil sob três cenários: 12, 24 e 36 gramas a menos de álcool por dia.

Ela usa uma abordagem de avaliação de risco comparativa entre tipos de câncer relacionados ao álcool, entre eles, esôfago, fígado, boca, laringe, mama e colorretal.

A ferramenta foi construída a partir de diferentes bases públicas de dados, como o estudo Global Burden of Disease (GBD) e a agência internacional pesquisas em câncer, ligada à OMS.

Por meio da inteligência de dados, é calculada a fração atribuível da população para riscos relativos específicos de câncer por nível de consumo de álcool, padrões atuais de consumo de álcool por idade e gênero e projeções futuras de mortalidade por câncer por tipo de câncer idade e gênero.

**Site:**

**<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2025/10/realizar-uma-dose-de-alcool-por-dia-evitaria-157-mil-casos-de-cancer-no-brasil-ate-2050.shtml>**

# Fintechs na mira da tributação

**ISRAEL MEDEIROS, VICTOR CORREIA E RAPHAEL PATI**

O governo federal prepara reações tanto políticas quanto econômicas à dura derrota, na Câmara, com a Medida Provisória do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), que caducou e perdeu a validade na quarta-feira. Se, de um lado, congressistas ligados ao Planalto tentam inflamar seus seguidores nas redes sociais para voltar a defender o que chamam de tributação BBB (bancos, bets e bilionários), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que é uma questão de dias até que os bilionários comecem a pagar "o imposto que merecem".

O plano de reação será traçado com ministros na próxima semana, quando Lula retorna a Brasília.

Depois da viagem à Bahia, ontem, o presidente chega hoje a São Paulo para participar de um evento que anunciará um novo modelo de crédito imobiliário. Embora a estratégia ainda não tenha sido fechada, ele disparou contra as fintechs.

"(Na próxima semana) vou reunir o governo para discutir como é que a gente vai propor que o sistema financeiro, sobretudo as fintechs - que tem fintech hoje maior do que banco - paguem o imposto devido a esse país", disse, em entrevista à rádio Piatã, da Bahia, ontem.

Lula retorna a Brasília dia 15.

Pouco depois, na inauguração da unidade da fabricante chinesa de veículos BYD, em Camaçari (BA), o presidente destacou que os setores que seriam afetados se recusaram a bancar um aumento de taxas com alíquotas de até 18%, enquanto trabalhadores brasileiros pagam até 27,5% de Imposto de Renda. "Ontem (quarta-feira) foi triste, porque uma parte do Congresso Nacional votou contra a taxa que a gente queria fazer dos bilionários deste país, daqueles que ganham muito e pagam pouco. E vocês não podem ficar quietos", exortou.

"Se um trabalhador pode pagar 27,5%, por que um rico não pode pagar 18%? Ainda fizemos acordo para 12%, e eles não quiseram pagar.

Eles podem saber, que é uma questão de dias. Eles vão pagar o imposto que merecem aqui no Brasil, porque o povo trabalhador não vai deixar isso barato. Não derrotaram o governo, derrotaram o povo brasileiro. Derrotaram a possibilidade de melhorar a

qualidade de vida do povo brasileiro tirando mais dinheiro dos ricos e distribuindo para os pobres", criticou.

No Congresso, além de acusar a oposição de defender ricos e banqueiros, parlamentares começaram a apresentar propostas para compensar a arrecadação perdida com o sepultamento da MP do IOF. Foi o caso do líder do PT, deputado Lindbergh Farias (RJ). Em um projeto de lei apresentado ontem, propôs aumentar de 12% para 24% a taxa sobre a receita bruta de bets. No texto da finada MP, o governo havia previsto que essa alíquota seria de 18%.

Questionado sobre as alternativas para compensar a frustração de arrecadação, o ministro Fernando Haddad (Fazenda) criticou o que chamou de "uma série de especulações" sobre o assunto. Disse que em 15 de outubro levará "vários cenários" a Lula em busca de uma definição.

"Vamos dar esse tempo para avaliar com muito cuidado cada alternativa. Vamos conversar também com o relator do Orçamento (deputado Ângelo Coronel, PSD- -BA), porque isso tem impacto orçamentário importante em emendas, em investimentos", explicou.

No fim da tarde, o Ministério da Fazenda confirmou que Haddad vai seguir em Brasília, na próxima semana, para a reunião com Lula.

Anteriormente, o ministro tinha viagem marcada para os Estados Unidos, onde participaria das Reuniões Anuais do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (Bird), além da Trilha Financeira do G20. Também havia expectativa de um encontro com o secretário do Tesouro dos EUA, Scott Bessent, para discutir o tarifaço de 50% que o governo de Washington impôs às exportações brasileiras.

"Tiroteio"

Haddad aproveitou, ainda, para retomar as críticas ao governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), por ter articulado a derrubada da MP do IOF. Disse, no entanto, que vai manter a sobriedade nas relações institucionais com o governador e com o estado. "Vamos agir para atender os anseios dos paulistas da mesma maneira que fizemos até aqui", garantiu.

Embora o ministro tenha baixado o tom sobre Tarcísio, nomes influentes no governo continuaram as críticas ao governador em redes sociais e entrevistas. A ideia é associá-lo à derrubada da MP no momento em que São Paulo vive uma crise sanitária com os casos de metanol adicionado em bebidas falsificadas. O senador Humberto Costa (PT-PE) chegou a publicar uma montagem de Tarcísio abraçado ao mascote de um jogo de azar. "Um gatinho para atuar pelos interesses do povo de São Paulo e um tigrão para defender bet e bilionário", provocou.

A ministra Gleisi Hoffmann, da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), também partiu para cima de Tarcísio. "É vergonhoso o governador fingir que não atuou para sabotar a MP 1.303, quando até o líder da oposição (na verdade o líder do PL, o deputado fluminense Sóstenes Cavalcante, em entrevista à Globo News) agradeceu a ele. O que Tarcísio quer esconder do eleitor é que ele é o candidato dos bilionários, das bets e dos golpistas. Não pensa no povo nem no país", acusou.

Em um vídeo nas redes sociais, Tarcísio rebateu os ataques. Disse ser vítima de uma campanha de "desconstrução de imagem" e alfinetou Haddad. "Paciência tem limite.

Há meses, a gente vem sendo alvo de uma ampla campanha de desconstrução de imagem, reputação, por parte do PT. Ofensas, mentiras nas redes sociais. Ficar jogando uns contra os outros, de forma absurda, e querer que a população apoie aumento de **impostos** - e eram 10 **impostos** que seriam aumentados ontem -, ninguém - nem eu, nem o país - vai apoiar. Já chega. Vamos parar de inventar culpado. Tenha vergonha, Haddad. Respeitem os brasileiros. Cortem gastos".

\*\*

PL quer regular influenciadores

A Câmara aprovou, ontem, a urgência do Projeto de Lei 3.444/23, que define a atividade de influenciador digital. Apresentado pela deputada Lídice da Mata (PSB-BA), o PL regula publicidade, transparência e uso da imagem, e protege crianças e adolescentes "influenciadoras mirins". E define como influenciador a pessoa física ou jurídica que, de forma remunerada, utiliza sua reputação on-line para promover produtos, marcas ou causas em plataformas digitais.

**Site:**

**<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/7899/10-10-2025.html?all=1>**

# LULA: "IMPOSTO PARA MAIS RICOS É QUESTÃO DE DIAS"

Brasília - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) lamentou ontem, em Camaçari, a 50km de Salvador, a decisão da Câmara dos Deputados de retirar de pauta a Medida Provisória 1303, que definia aumento de **impostos** e conseqüentemente, da arrecadação federal. Ele afirmou que a ampliação de **impostos** para os mais ricos é uma questão de dias e que os trabalhadores "não podem ficar quietos".

Na noite de quarta-feira (8), a Câmara dos Deputados impôs uma derrota a Lula e ao governo federal ao enterrar a MP, proposta que o governo considerava importante para sustentar a arrecadação e reduzir despesas obrigatórias em 2026, ano eleitoral. Um requerimento de retirada de pauta foi aprovado por 251 votos a 193, no último dia de vigência da MP, que perdeu assim a sua validade.

Originalmente, a MP fazia mudanças na tributação de uma série de investimentos, incluindo a retirada de isenção de ativos como LCI (Letras de Crédito Imobiliário), LCA (Letras de Crédito do Agronegócio) e de-bêntures incentivadas (usadas em projetos de infraestrutura).

"Ontem [quarta-feira], foi triste porque uma parte do Congresso Nacional votou contra a taxaçoão que a gente queria fazer dos bilionários deste país, daqueles que ganham muito e pagam pouco. E vocês não podem ficar quietos", afirmou o presidente na inauguração da fábrica da montadora BYD na Bahia.

Lula afirmou que os trabalhadores que ganham até R\$ 5.000 não vão pagar Imposto de Renda, em referência ao projeto aprovado na Câmara e que já tramita no Senado, mas os demais são alcançados por uma alíquota que chega a 27,5%. E disse que não houve acordo para que "os ricos" paguem 12%. "Eles [ricos] podem saber que é uma questão de dias: vão pagar o imposto que merecem aqui no Brasil porque o povo trabalhador não deixará isso barato", declarou Lula.

Para compensar o aumento na isenção do IR, o governo propôs a criação de um imposto mínimo, que será cobrado de pessoas com ganhos a partir de R\$ 600 mil anuais (o equivalente a R\$ 50 mil mensais). A alíquota será progressiva até atingir o patamar máximo de 10% para quem ganha a partir de R\$ 1,2 milhão ao ano.

Na noite de quarta, logo após a decisão da Câmara, Lula escreveu a seguinte mensagem na rede social X: "A decisão da Câmara de derrubar a medida provisória que corrigia injustiças no sistema tributário não é

uma derrota imposta ao governo, mas ao povo brasileiro. Essa medida reduzia distorções ao cobrar a parte justa de quem ganha e lucra mais. Dos mais ricos. Impedir essa correção é votar contra o equilíbrio das contas públicas e contra a justiça tributária. O que está por trás dessa decisão é a aposta de que o país vai arrecadar menos para limitar as políticas públicas e os programas sociais que beneficiam milhões de brasileiros. É jogar contra o Brasil."

Lula participou feira da segunda cerimônia de inauguração da fábrica de carros da montadora chinesa. Em junho, o primeiro evento ocorreu sem que os veículos estivessem sendo montados. Em discurso, Lula também falou sobre a crise tarifária com os Estados Unidos e se disse otimista em um desfecho favorável após a conversa que teve com o republicano Donald Trump.

"Acho que nosso problema com os Estados Unidos será resolvido porque a gente

querestarbemcoma China, com os Estados Unidos, com a Argentina, com o Uruguai, com a Bolívia. Não queremos estar mal com nenhum país" disse. Lula também disse querer fortalecer as relações com a China e se considerar amigo do líder chinês Xi Jinping "Nós nos tratamos como dois países importantes do sul global e não aceitamos que ninguém meta o dedo no nosso nariz. Nós queremos ser respeitados e tratados com muita decência", afirmou. Além de Lula, a celebração teve a presença do vice-presidente Geraldo Alckmin, dos ministros Rui Costa (Casa Civil) e Sidônio Palmeira (Secom) e do governador da Bahia, Jerôni-mo Rodrigues (PT).

alternativas

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que apresentará várias alternativas de medidas ao presidente Lula à medida provisória rejeitada pela Câmara dos Deputados. Em entrevista a jornalistas ao chegar ao ministério, Haddad afirmou que a redução dos gastos tributários é uma determinação

constitucional e que uma decisão do Supremo Tribunal Federal, que restabeleceu um decreto de Lula sobre o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) após o Congresso votar pela sua revogação, dá "conforto" ao Executivo para chegar ao final do ano.

Em Berlim para negociações em torno do Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF, na sigla em inglês), Dario Durigan, secretário-executivo da Fazenda, afirmou ontem que a derrubada da MP é "torcida contra o país". A derrota, segundo ele, um dos principais arti-culadores do governo sobre o tema no Congresso, prejudica "o maior ajuste fiscal da história recente do país".

Ele aponta como responsáveis "o mesmo grupo que apoiou os EUA numa coisa infundada contra o Brasil" e que "em 2022 adotou mecanismo para gastar com claro sentido eleitoral".

A crítica segue a linha adotada pelo governo Lula, que aponta para um movimento capitaneado pelo Centrão e pelo governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), nome do momento para o bol-sonarismo na corrida pelo Planalto. Na véspera, horas antes de a Câmara rejeitar a MP, Durigan dava contornos históricos à reforma fiscal promovida pelo atual governo em um painel sobre o acordo União Euro-peia-Mercosul. "A pergunta que temos que responder é qual país a gente quer", declarou o secretário-executivo na quarta.

**Site:** <https://digital.em.com.br/>

# Após Câmara derrubar MP do IOF, Lula fala em elevar tributo de fintechs

Um dia depois de o Congresso retirar de pauta e enterrar a medida provisória com propostas de arrecadação alternativas ao aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem que vai propor a taxaço de fintechs como forma de compensação à derrubada da MP. Lula disse ter marcado uma reunião com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e com a ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, na próxima semana.

"Ontem (quarta-feira) liguei para Haddad e Gleisi e disse para relaxarmos, não vamos perder o fim de semana discutindo o que aconteceu no Congresso. Estou indo para a Bahia, depois vou a São Paulo, depois a Roma. Volto na quarta-feira a Brasília, aí, sim, vou reunir o governo para discutir como vamos propor que o sistema financeiro, sobretudo as fintechs, que hoje tem fintech maior que banco, pague o imposto devido a esse País", declarou em entrevista à rádio Piatã, da Bahia, onde cumpriria agenda oficial.

O governo contava arrecadar R\$ 20,9 bilhões a mais com a MP em 2026. Como também projetou economizar R\$ 15 bilhões em despesas, o rombo nas contas por causa da decisão do Congresso pode chegar a R\$ 35 bilhões.

A MP derrubada aumentava a Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) cobrada das fintechs de 9% para 15%, diminuindo a distância da tributação para os grandes bancos, que pagam 20%. Já as fintechs de grande porte, assim como as empresas de capitalização, passariam a pagar também 20%.

Em nota, a Associação Brasileira de Fintechs (ABFinte-chs) disse que "permanece aberta ao diálogo com o governo, o Congresso e demais atores envolvidos, para contribuir de maneira construtiva na construção de soluções que fortaleçam o setor e beneficiem a sociedade".

**ELEIÇÃO.** Na quarta-feira, o governo atribuiu a derrota no Congresso a uma articulação do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos). Deputados confirmaram que receberam ligações do titular do Palácio dos Bandeirantes - ele negou influência na votação.

Ontem, o governador paulista atacou o PT que,

segundo ele, move uma campanha de "desconstrução" da sua reputação. Segundo Tarcísio, a versão de que atuou para enterrar a MP "beira o absurdo" e o governo precisa parar de "inventar culpado" e Haddad deve ter "vergonha". "Vamos parar de inventar culpado. Tenha vergonha, Haddad. Respeite os brasileiros. Cortem gastos. Pensem que a gente precisa governar, a gente precisa sair do palanque", declarou Tarcísio em vídeo publicado na internet.

Parte do Centrão também participou ativamente para rejeitar a MP. Deputados que não estarão com Lula no próximo ano avaliaram que a iniciativa daria ao governo recursos para investir em obras e projetos em ano eleitoral.

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil), explicitou a estratégia na quarta-feira ao dizer que apoiar a MP seria "dar um presente de R\$ 30 bilhões para o governo Lula torrar em 2026 - com mais medidas populistas e irresponsáveis".

Além da oposição, a pressão de setores econômicos que se sentiram prejudicados pelo aumento de **impostos** também foi relevante para derrubar a MP.

O agronegócio criticou a proposta de taxaço em 5% sobre títulos do setor, letras de crédito e fundos de investimento, alegando que afetaria e encareceria o crédito à agropecuária e prejudicaria a competitividade do setor. A proposta foi classificada pela Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) como um "duro golpe" ao setor.

Os setores imobiliário e de infraestrutura também se mobilizaram contra a taxaço de Letras de Crédito Imobiliário (L-CIs), Letras de Crédito de Desenvolvimento (LCDs) e debêntures incentivadas, com o argumento de potencial retração nos investimentos dos setores. A ofensiva teve resultado e 20 frentes parlamentares se uniram pedindo a devolução da medida.

**BETS.** No começo da noite de ontem, a bancada do PT na Câmara protocolou projeto de lei para aumentar a taxaço das bets de 12% para 24%, sendo o valor arrecadado com o aumento destinado à **seguridade social**. Na MP derrubada, o texto previa aumento da tributação das bets de 12% para 18%, mas o relator

acabou abrindo mão da iniciativa, após pressão das casas de apostas, para tentar aprovar a MP.

Em entrevistas anteriores, o Instituto Brasileiro do Jogo Responsável (IBJR), que representa grande parte das bets, disse que aumentos de **impostos** repentinos trazem "insegurança jurídica" e comprometem a confiança das empresas que investiram no País. gabriel

HIRABAHASI, ISADORA DUARTE, BIANCA GOMES, PEPITA ORTEGA e CÍCERO COTRIM

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Após queda da MP, governo quer limitar compensação de tributo

O governo federal quer reeditar a norma que limita as possibilidades de uso de créditos de compensações tributárias, proposta que pode render RS 10 bilhões em aumento de receita no próximo ano, após a Câmara dos Deputados enterrar a medida provisória (MP) 1.303 na quarta-feira (8).

O texto original da MP que instituiu alternativas à alta do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), previa que o crédito para abater **tributos** devidos não seria gerado em duas hipóteses: quando for apresentado Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf) inexistente e quando a empresa fizer compensação de atividade econômica de um setor diverso ao seu de origem. No relatório do deputado Carlos Zarattini (PT-SP), o trecho foi mantido, mas excetuando os créditos gerados por incorporação ou fusão. Foi um pedido da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), atendido pelo relator e pelo governo.

A ideia é reapresentar a proposta dentro de um projeto de lei, na forma do texto redigido por Zarattini. A avaliação da equipe econômica é que não deve haver resistência à medida, pois ela foi negociada com as grandes empresas e não foi o foco de atrito com o Congresso. A decisão, contudo, caberá à ala política, que ainda vai estudar a viabilidade.

Esse assunto deve ser discutido pela cúpula do Executivo na próxima semana, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reunirá os integrantes do governo para discutir alternativas à queda da MP 1.303. A expectativa é que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, apresente um "rol" de propostas que podem ser implementadas para recuperar a arrecadação perdida.

Há, ainda, o interesse do governo de propor novamente um aumento na taxa de fintechs e das bets, duas propostas que também estavam na MP rejeitada. Mesmo que não sejam aprovadas, seria uma forma de o governo constranger o Congresso, em meio à guerra de narrativas sobre quem está protegendo os mais pobres e quem estaria beneficiando os mais ricos.

A reunião será na próxima semana porque Lula estará em São Paulo nesta sexta-feira (9) e depois embarca para Roma, na Itália, onde participará de um debate

na Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). "Eu volto na quarta-feira para Brasília e eu vou reunir o governo para discutir como é que vamos propor que o sistema financeiro, sobretudo as fintechs, paguem o imposto devido a esse país", disse o presidente em entrevista a uma emissora de rádio da Bahia.

Ele contou que ligou na quarta-feira (8) para Haddad e a ministra de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, pedindo que ambos relaxassem, já que as articulações seriam retomadas após sua viagem.

Haddad cancelou a viagem que faria na próxima semana para Washington, nos Estados Unidos, em que participaria do encontro anual do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, além dos compromissos com a Trilha Financeira do G20. Ele vai se concentrar nas alternativas à MP.

A jornalistas, o ministro da Fazenda disse que apresentará a Lula um "rol de medidas" para atender tanto a questão fiscal quanto a questão social. "Essa é a orientação que o presidente Lula deu desde o primeiro dia do mandato. Ele não vai abrir mão do fiscal, das contas públicas, mas não vai abrir mão do social", disse, sem dar detalhes de quais serão essas propostas.

Novas medidas serão necessárias porque o governo contava com a aprovação da MP 1.303 para cumprir a meta fiscal de 2026, que é de um superávit de 0,25% do Produto Interno Bruto (**PIB**), o equivalente a RS 343 bilhões. Segundo o Ministério da Fazenda, a MP originalmente enviada poderia gerar um aumento da arrecadação federal de RS 20,9 bilhões em 2026 e uma economia de RS 10,7 bilhões em despesas. A maior preocupação é recompor receitas para o próximo ano, apesar de a MP ter efeitos também em 2025.

A leitura inicial é que, apesar de a MP ter impacto também em 2025, é possível encontrar soluções que não dependam de aprovação legislativa para aumentar a receita neste ano. Há, ainda, o esperado "empocamento" de recursos, o que pode ajudar o governo a evitar um aumento substancial da verba congelada do Orçamento para cumprir as regras fiscais.

Se não for encontrada alternativa, o governo terá de aumentar o bloqueio e fazer um contingenciamento do Orçamento no relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas, que será divulgado em novembro. As emendas parlamentares seriam atingidas. Segundo uma fonte, seria um "bom recado" ao Congresso, de que as decisões lá tomadas têm impacto não somente na verba discricionária do Executivo.

Ao Valor, o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), afirmou que o Executivo ainda vai definir como buscará o restabelecimento de pontos da MP, mas defendeu que o aumento na tributação de bets e fintechs seja objeto de nova análise do Legislativo.

"Eu acho que a gente pode tomar algumas ações políticas em virtude disso. Uma delas tem que ser em relação a bets e a fintechs. Porque essas duas estão na raiz do crime. A gente tinha que fazer outra coisa, editar uma MP só para isso", declarou.

Segundo Randolfe, a definição de como o governo irá encaminhar os pontos da MP que podem ser novamente propostos ao Congresso será definido na reunião da articulação política do governo com a ministra Gleisi na segunda-feira (13).

O texto original da MP elevava a tributação sobre Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de empresas de seguros privados e instituições de pagamento, o que inclui fintechs, de 9% para 15%, e aumentava a alíquota das bets de 12% para 18%. A primeira medida renderia R\$ 1,58bilhão em 2026 e das bets, RS 1,7 bilhão.

Na quinta, o líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (RJ), apresentou um projeto de lei que eleva a carga tributária das bets de 12% para 24%. O texto determina a destinação da arrecadação, prevendo que a **Seguridade Social** passe a receber metade desses recursos. Segundo a justificativa da proposição, a tributação das apostas ficaria em um patamar mais elevado do que as médias das demais atividades, mas abaixo da taxas de outros países, como França e Alemanha.

O Valor apurou que parlamentares da base governista procuraram o relator do projeto de reforma do Imposto de Renda (IR) no Senado, Renan Calheiros (MDB-AL), defendendo que ele incluía em seu parecer alguns pontos da MP do IOF. O movimento esbarra no fato de que a matéria voltaria para a Câmara dos Deputados e para as mãos de Arthur Lira (PP-AL), rival de Renan e relator da matéria na outra Casa. Para Randolfe, o governo não deve correr o risco de atrasar a sanção do projeto que amplia a isenção do IR para quem

ganha até RS 5 mil. Ele é uma das principais apostas do governo para a campanha à reeleição.

"Boa parte de nós tem receio de botar alguma coisa no Imposto de Renda e ele voltar para a Câmara. Isso não é de bom tom e poderia contaminar [o avanço do projeto]", afirmou. (Jéssica Sant'Ana, Ruan Amorim, Caetano Tonet, Beatriz Roscoe, Guilherme Pimenta e Gabriela Guido)

"Ele [Lula] não vai abrir mão do fiscal, mas não vai abrir mão do social" Fernando Haddad

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso/20251010>

# Ideia de cortar gastos tributários já esteve sobre a mesa da Fazenda

**Lu Aiko Otta Brasília**

Aprofundar o corte em gastos tributários para além dos 10% propostos no projeto de lei apresentado pelo líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), é uma alternativa que esteve sobre a mesa de técnicos do Ministério da Fazenda. Foi no início de julho, em meio à guerra entre Executivo e Legislativo em tomo do decreto que elevou as alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

Naquele contexto, pesar a mão sobre o corte de gastos tributários era uma opção para ajudar a fechar as contas, se o IOF maior não pudesse ser cobrado. Não foi necessário avançar por aquele caminho porque o Supremo Tribunal Federal (STF) validou o decreto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva que majorou o IOF e suspendeu o decreto do Legislativo que invalidava o aumento.

Se a opção de cortar mais os gastos tributários retomou ao radar, não se sabe. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse na manhã de ontem que apresentará ao presidente um rol de medidas para repor os R\$ 46,5 bilhões que deixarão de figurar nas contas públicas por causa da perda de validade da Medida Provisória (MP) 1.303/2025.

Lula, por sua vez, afirmou em entrevista à rádio Piatã que quer cobrar mais **impostos** dos bancos, principalmente das fintechs.

A MP 1.303, derrubada na noite de quarta-feira (8) pelo Congresso Nacional, estabelecia um aumento de 9% para 15% na alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) cobrada das fintechs. Esse ponto tinha sido mantido no relatório do deputado Carlos Zarattini (PT-SP) para a matéria, mesmo na versão "desidratada" da MP.

Cortar gastos tributários não é aumentar **impostos**, insistiu Haddad. É passar a cobrar **impostos** de quem hoje não paga, ou paga pouco.

I, além disso, cumprir um mandato constitucional, acrescentou. Aprovada no governo de Jair Bolsonaro, a Emenda Constitucional 109 manda reduzir os gastos tributários a 2% do Produto Interno Bruto (**PIB**). Hoje, a conta se aproxima dos 5% do **PIB**.

O tema é também uma prioridade declarada do presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB).

Na quarta-feira, após 40 dias parado, o projeto de Guimarães foi remetido à análise pelas comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados.

A demora é um sintoma da dificuldade política envolvida no debate. Embora o projeto preserve "vacas sagradas" dos incentivos fiscais como o Simples e a Zona Franca, ele mira indistintamente nos demais benefícios que não são protegidos pela Constituição. Com o corte de 10%, a expectativa é recolher de R\$ 15 bilhões a R\$20 bilhões a mais.

Essa é uma opção para lidar com o fim da MP. Várias outras têm sido aventadas: transplantar partes da MP para outros projetos em tramitação, editar um projeto de lei com igual conteúdo da MP (como já foi feito em outros casos de perda de validade de MPs), elevar **tributos** que podem ser alterados por decreto presidencial (ou seja os aumentos, não dependem do Congresso), caso do IOF e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Tudo isso poderá estar no rol que Haddad levará a Lula.

Sobre a hipótese do IOF, o ministro comentou estar confortável, por causa da decisão tomada pelo STF em julho, que reconheceu a prerrogativa do presidente da República de elevar o tributo por decreto.

Desde a semana passada, quando já estavam claras as resistências do Congresso à MP, circulava a ideia de levar a discussão para o Orçamento de 2026. Foi o que disse ao Valor o secretário de Reformas Econômicas, Marcos Pinto, que negociou a MP com deputados e senadores. Uma saída seria cortar despesas programadas para 2026, inclusive emendas de parlamentares ao Orçamento.

A ideia foi reafirmada por Haddad na quinta-feira.

Gastar menos em ano eleitoral é algo que desagrade não só ao governo. É mim também para os deputados e senadores, que podem ficar com menos recursos para agradar às suas bases eleitorais.

Daí porque o clima conflagrado que tomou conta do

Congresso esta semana tende a ceder.

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso/20251010>

# Bancos e fintechs se enfrentam nos bastidores da MP

**Álvaro Campos, Laís Godinho e Maria Cristina Fernandes De São Paulo**

Em meio às discussões políticas e econômicas sobre a medida pro-visória(MP) 1303, uma disputa de bastidores colocou de lados opostos bancos incumbentes e fintechs. As grandes instituições tradicionais vinham atuando de forma muito discreta, já que tinham uma posição mais confortável, afetadas apenas pelo aumento da alíquota dos juros sobre capital próprio (JCP). Já os novos entrantes, que foram onerados com uma taxa bem maior na contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), foram mais vocais contra a MP.

Após a medida ter perdido a validade, veio à tona a informação de que as fintechs atuaram para reduzir o aumento na CSLL que lhes afetaria, compensando com uma taxa maior para os bancos.

Enquanto bancos pagam 20% nesse imposto, instituições de pagamento (fintechs) contribuem com 9% e financeiras arcam com 15%, mas com a MP subiriam para 15% e 20%, respectivamente.

A Zetta, associação que reúne nomes como Nubank e Mercado Pago, atuou primeiro para elevar a CSLL de todos os setores de maneira uniforme em 0,1 ponto porcentual. Ao não conseguir, fez outra proposta para que o **impostos** das fintechs subisse para 10% (em vez de 15%) e das financeiras para 16,5% (e não 20%), e no caso dos bancos a CSLL subiria para 22%.

Enquanto os grandes bancos possuem ampla interlocução com o governo e estão acostumados a dialogar com o Congresso, as fintechs não têm esse histórico de articulação política. Nesse caso da MP, um dos embaixadores que atuou pelas fintechs foi Roberto Campos Neto, ex-presidente do Banco Central (BC), nomeado por Jair Bolsonaro e que tem uma boa interlocução com o Centrão. Em julho, ele assumiu o cargo de vice-presidente e chefe global de políticas públicas do Nubank. Outro interlocutor do setor financeiro que teve diversas reuniões em Brasília foi Rafael Furlanetti, presidente da Associação Nacional das Corretoras de Valores (Ancord) e diretor institucional da XP. Procurados, os dois não quiseram comentar.

Segundo o Valor apurou, a proposta de elevar menos

a CSLL das fintechs e compensar isso com um aumento na tributação dos bancos chegou às mãos do relator da MP 1303, Carlos Zarattini (PT-SP), com o "carimbo" da Zetta e foi rechaçada por ele. As relações com interlocutores de Fintechs e de bancos, ao longo da tramitação, se deterioraram pela dificuldade de manutenção de acordos. Aqueles firmados com o setor financeiro eram derrubados na negociação com o Congresso e vice-versa.

Em estudos apresentados pela Zetta, a associação diz que a tributação efetiva de fintechs é maior que de bancos. Em 2024, as fintechs teriam pago 29,7%, enquanto os bancos 12,2%. A conta leva em consideração a CSLL e o Imposto de Renda, divididos pelo lucro antes dos **impostos**. "Tem muito ruído nessa discussão. A gente quer mostrar impacto positivo das fintechs e como a gente já paga uma carga alta", diz Eduardo Lopes, presidente da Zetta.

Já a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) afirma, em nota, que a carga tributária direta sobre os bancos é historicamente superior às instituições financeiras não bancárias e que a diferença na alíquota da CSLL representa uma vantagem estrutural injustificável para as fintechs, gerando graves distorções. "Não estamos falando

de startups incipientes, mas de grandes players do sistema financeiro, que continuam a usufruir de tratamento fiscal privilegiado. Essa assimetria tributária entre instituições que oferecem serviços financeiros idênticos é injustificável sob qualquer ótica-técnica, econômica ou concorrencial".

Para a entidade, a MP 1303 era uma tentativa de avanço na direção certa, ao elevar a CSLL de fintechs e financeiras, mas que ainda seria insuficiente para corrigir a desigualdade tributária. "Mesmo com essa majoração, a carga tributária total das fintechs continuaria inferior à dos bancos e, como a MP não foi aprovada, o privilégio continuará se perpetuando e comprometendo a isonomia concorrencial e fiscal no setor financeiro."

Um interlocutor do setor financeiro diz que a MP caiu por incompetência política do governo, que não soube articular com os parla-

mentares, não liberou dinheiro de emendas e sofreu

com a oposição de governadores de direita, que não queriam ver aprovado um projeto que daria bilhões de reais à administração Lula em um ano eleitoral. "As fintechs não têm um lobby forte, nem a indústria de fundos. Querer atribuir a derrubada da MP às fintechs, ao Campos Neto, não tem nada a ver."

AMP1303 pode ter caducado, mas isso não quer dizer que as fintechs estão fora de perigo. Na quinta-feira, o próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva comentou publicamente que o governo deve enviar uma nova proposta para que "o sistema financeiro, sobretudo as fintechs - que tem fintechs hoje maior do que banco - pague o imposto devido a esse país". Ele alertou que é uma "questão de dias" para que os "bilionários" tenham que pagar os **tributos** que "merecem". (Colaborou Ruan Amorim, de Brasília)

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso/20251010>

# DF tem a maior desigualdade do país

» IAGO MAC CORD\* » CAETANO YAMAMOTO\* » ALINE GOUVEIA

Apesar de ter registrado redução da desigualdade nos últimos anos, o Brasil ainda continua sendo um país com muitas disparidades socioeconômicas espalhadas pelo território nacional. Conforme os resultados preliminares do Censo Demográfico 2022: Trabalho e Rendimento e Deslocamento para trabalho e para estudo, divulgado divulgado, ontem, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a desigualdade de renda e de oportunidades persiste, e ela é maior no Distrito Federal.

O levantamento indica que a renda mensal domiciliar per capita - que equivale ao valor de todas as fontes de renda da família dividida pelo número de integrantes - foi de R\$ 1.638 no Brasil no ano de 2022. O Maranhão foi a Unidade da Federação (UF) com a menor renda per capita em 2022, de apenas R\$ 900, enquanto isso, o Distrito Federal teve o maior resultado, de R\$ 2.999.

Os moradores do município de Nova Lima, em Minas Gerais, recebiam a maior renda média do trabalho em todo o país, R\$ 6.929 mensais, em valores nominais, ou seja, sem correção pela inflação, conforme os dados do IBGE. No ranking dos 10 municípios com maiores rendimentos figuraram apenas cidades das regiões Sudeste e Sul, como São Caetano do Sul (SP), com renda média de R\$ 6.167, Santana de Parnaíba (SP), R\$ 6.081; Petrolândia (SC), R\$ 5.989; e Vespasiano Corrêa (RS).

Os dados do relatório indicam ainda, que sete em cada 10 trabalhadores brasileiros recebiam, no máximo, dois salários mínimos em 2022. Se somados todos os integrantes da base com menores rendimentos, 68% dos brasileiros que trabalhavam em 2022 recebiam, no máximo, entre nada a até dois salários mínimos mensais. Enquanto isso, uma pequena fatia de apenas 0,7% dos trabalhadores brasileiros recebiam uma renda mensal que superava 20 salários mínimos.

Em 2022, 11,2% dos trabalhadores trabalhavam por uma remuneração que chegava, no máximo, a R\$ 606 mensais, a metade do salário mínimo da época, de R\$ 1.212 por mês. Mais de um terço (35,3%) dos que trabalhavam tinham remuneração aquém ou até o salário mínimo vigente.

O estudo do IBGE também mostra a evolução do

Índice de Gini, que mede a desigualdade de renda no país. O indicador tem uma escala de 0 a 1 e, quanto mais perto de 1 o resultado, maior é a concentração de riqueza. Em 2022, o Gini foi de 0,542 para o total do Brasil em 2022. O patamar mais alto da série, de 0,545, ocorreu em 2018.

O ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), Wellington Dias, celebrou os resultados do IBGE. "Um Brasil com mais igualdade. Esse é o compromisso do governo do presidente Lula, e isto está acontecendo desde o primeiro dia de mandato" afirmou. Segundo ele, o Índice Gini, que caiu de 0,544, em 2021, para 0,506 em 2024. "Isso significa que as pessoas de baixa renda, os mais pobres, estão melhorando, mas também a classe média e toda a população brasileira" acrescentou.

Mas as desigualdades regionais continuam sendo marcadas pelo indicador. No Norte, o Gini chegou a 0,545, e, no Nordeste, a 0,541, enquanto o Sul teve o menor resultado, de 0,476.

Conforme os dados preliminares do Censo de 2022 do IBGE, o Distrito Federal registrou o maior Índice de Gini entre as Unidades da Federação, atingindo 0,584, ou seja, maior distância entre ricos e pobres do país. O valor, porém, representa uma queda em relação ao Censo 2010, quando registrou 0,637. Mas esse resultado ainda coloca o DF à frente de estados como Rio de Janeiro, que ficou em segundo lugar com 0,574. Em contraste, as menores desigualdades foram observadas no Sul do país, com Santa Catarina (0,452) e Paraná (0,482) registrando os valores mais baixos do indicador. Historicamente, o DF já apresentava índices elevados de concentração de renda domiciliar per capita - em 1991, o Gini era de 0,6203; em 2000, subiu para 0,6406; e em 2010, estava em 0,6370.

## Concentração

Com isso, a distribuição da pobreza extrema também é regionalmente concentrada. Enquanto 13,3% da população brasileira tinha rendimento domiciliar per capita de até um quarto de salário mínimo, essa proporção era mais alta nas regiões Norte (23,3%) e Nordeste (22,4%) e significativamente menor no Sul (5,4%).

As desigualdades não são apenas regionais, mas também por raça. A renda per capita das populações

branca (R\$ 2.207) e amarela (R\$3.520) equivalia, em 2022, a quase duas ou três vezes o montante obtido pelas populações preta (R\$1.198) e parda (R\$1 190), sendo o rendimento de indígenas ainda mais baixo, apenas R\$ 669 por pessoa por mês.

Quase um terço da população (31,8%) sobrevivia com até meio salário mínimo em 2022, que naquele ano era de R\$ 1.212,00 mensais. Uma fatia de 13,3% dos brasileiros tinham rendimento domiciliar per capita médio de até um quarto do salário mínimo, proporção que subia a 23,3% no Norte e 22,4% no Nordeste.

A diferença nos rendimentos também é acentuada no recorte municipal. Em 520 dos 5.571 municípios do país, o que representa 9,3% do total, o rendimento nominal médio mensal de todos os trabalhos era inferior a um salário mínimo (R\$ 1.212, em valores de 2022). Enquanto isso, apenas 19 municípios apresentavam um rendimento superior a R\$ 4.848 - mais de quatro salários mínimos naquela época.

Em relação ao gênero, o rendimento mensal médio dos homens (R\$ 3.115) superou o das mulheres (R\$ 2.506) em 24,3%. Essa diferença se manifesta em todos os níveis de instrução. A maior disparidade ocorre entre aqueles com nível superior completo - R\$ 7.347,00 para os homens e R\$ 4.591,00 para as mulheres. (Com informações da Agência Estado)

\*Estagiários sob a supervisão de Rosana Hessel

**Site:**

**<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/10/10/all.pdf>**

# "Subir IOF para compensar MP poderia cair no STF"

O economista-chefe da Warren Investimentos, Felipe Salto, avalia que um novo aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) neste momento, como forma de compensar a queda da MP 1.303 no Congresso, teria viés claramente ar-recadatório, o que já ficou proibido pela decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes.

Como mostrou o Estadão, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, indicou a parlamentares que essa era uma das alternativas, em caso de derrota da MP no Congresso, o que acabou acontecendo na noite de terça-feira. "O STF disse que a motivação para subir o IOF não pode ser arrecadatória, mas regulatória. E claramente se aumentar agora a mo-

tivação será arrecadatória, ou seja, pode levar a outra judicialização e cair na Corte."

A MP 1.303, que caiu na Câmara, era muito criticada, mas ao mesmo tempo ajudava no equilíbrio fiscal, porque trazia receitas para o governo. Foi melhor derrubar ou era melhor ter passado o texto?

O governo deu motivo para o Centrão fazer o que queria, que era derrubar a medida. Ela tinha muitos temas em um texto só: limitação de compensação, regras de gasto social, tributava títulos isentos, outros ativos. Não por culpa do deputado (relator) Carlos Zarattini (PT-SP), o texto final acabou ficando pior que o inicial. Aí juntou a fome com vontade de comer. Agora, do ponto de vista fiscal, era um recurso relevante, mas mesmo com ele não seria suficiente para resolver o problema do ano que vem.

Por quê?

O governo tem de entender que o PLOA (Projeto de Lei Orçamentária de 2026) está irrealista. Há muitas receitas incertas, e otimismo na projeção. Com a queda da MP, o governo pode propor outras coisas, pode acelerar a medida do deputado Zé Guimarães (PT-CE) para cortar benefício tributário. Mas, quanto mais próximo do período eleitoral, mais difícil fica.

O governo vai ter de mexer na meta de resultado primário de 2026?

Na Warren, temos escrito que a meta vai ter de ser alterada desde o início do ano. Para 2025, o governo

se antecipou e em abril do ano passado já propôs uma meta mais frouxa. Para 2026, a despesa discricionária (livre para gastar) vai estar mais baixa, não tem como fazer contingenciamento de grande monta. Vai ter de mexer, o que não pode é soltar a rédea (fiscal) de vez.

Rever a meta para quanto?

Nossa projeção é déficit de R\$ 90 bilhões em 2026. Pode descontar R\$ 57,8 bi de precatório, faltariam (pouco mais de) R\$ 31 bilhões. Se o TCU mandar cumprir o centro da meta, faltariam R\$ 65 bilhões. Se mudar para zero, e a banda inferior for R\$ 35 bilhões, aí acho que resolve. Se tiver de entregar o zero, muda a meta e ainda tem de resolver o problema.

Uma das propostas em análise pela Fazenda é aumentar novamente o IOF. Como vê essa saída?

Acho ruim, melhor é assumir que o primário vai ser pior do que ficar empurrando aumento de tributo. Não tem clima. O STF disse que a motivação não pode ser arrecadatória, precisa ser regulatória. E claramente, se aumentar, a motivação é arrecadatória. Pode levar a outra judicialização e cair na Corte.

O mercado financeiro tem uma visão binária sobre a política fiscal, vê uma crise com a reeleição do PT ou a salvação com a vitória da oposição. Qual a sua avaliação olhando mais para o médio e longo prazos?

O governo atual optou por uma agenda mínima na política fiscal, porque tem uma dificuldade muito grande de atacar o lado da despesa. No lado das receitas, o ministro Fernando Haddad fez um bom trabalho. Mas o problema está nos gastos obrigatórios. Temos um déficit real em torno de 1% do PIB, e precisamos de um superávit de 2% do PIB para estabilizar a dívida. Então, qualquer que seja o governo eleito, ele precisará de um plano de voo que seja crível na área fiscal, porque um ajuste dessa magnitude não se faz da noite para o dia.

O que isso significa?

As eleições já estão ditando os rumos do mercado. A minha percepção é de que, seja o presidente Lula reeleito, ou seja eleita uma outra plataforma política, mais à direita, vai precisar fazer um ajuste fiscal no primeiro ano de mandato.

O presidente Lula não fez isso em 2023.

Eu comparo 2027 com 2015, porque a (ex) presidente Dilma Rousseff foi reeleita e ninguém acreditava que ela fosse reverter as políticas que fez. Ela tirou o (então) ministro Guido Mantega e colocou o Joaquim Levy. Ou seja, mudou da água para o vinho. Eu não compro a história de que o PT levará o País à bancarrota. A realidade vai se impor e eles vão perceber.

Mas a ex-presidente Dilma nomeou Joaquim Levy e sabotou os planos dele. Por que Lula seria diferente?

O País ficará ingovernável se não fizer o ajuste fiscal. Por isso que, esquerda ou direita, quem ganhar a eleição vai precisar fazer alguma coisa no primeiro ano. O ministro Haddad, no pacote de novembro do ano passado, tentou, colocou a questão dos militares, da reforma da Previdência, BPC, super-salários. Agora, na nossa avaliação, o PT precisará ir além disso. Porque aqueles pontos que são mais polêmicos, aos quais a esquerda tem uma certa aversão, o partido vai ter um encontro com essa realidade. Esse encontro já está marcado.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Medida deve injetar R\$ 27 bi por ano na economia

Caso seja aprovada no Senado, a reforma do Imposto de Renda, que prevê isenção para salários até R\$ 5 mil e redução da alíquota para salários até R\$ 7.350, deve injetar cerca de R\$ 27 bilhões por ano na economia a partir de 2026, calcula o

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). "Esse aumento da renda disponível tende a reforçar o consumo e impulsionar as vendas no comércio, ampliando o dinamismo da atividade econômica", disse o Dieese, em nota.

O cenário recente de queda da **inflação** e da taxa de câmbio abre espaço para a redução da taxa Selic, o que pode estimular o consumo das famílias, acrescentou o Dieese. "Esse movimento se soma ao baixo nível de desemprego e à ampliação de políticas sociais e de crédito, que ampliam a renda disponível."  
caroline aragaki

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Após surpresa, economistas melhoram cenário para inflação

**Anais Fernandes e Lucianne Carneiro De São Paulo e do Rio**

A **inflação** acelerou menos do que o esperado em setembro e contribuiu para mais alguns economistas ajustarem suas projeções de 2025 para baixo.

O índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), **inflação** oficial do país, subiu 0,48% em setembro, após recuar 0,11% em agosto, conforme divulgou ontem o IBGE. A taxa ficou acima da de setembro de 2024 (0,44%) e é a maior para o mês desde 2021 (1,16%), mas veio abaixo da expectativa mediana do Valor Data, de 0,52%.

No ano até setembro, a alta é de 3,64%. No acumulado em 12 meses, a **inflação** avançou ligeiramente, para 5,17%, de 5,13% até agosto, mas também ficou abaixo da expectativa de 5,21%. "A gente não esperava uma convergência da **inflação** de forma consistente. Na verdade, a nossa expectativa é que essa convergência se dê apenas a partir de outubro", afirma Mirella Hi-rakawa, coordenadora de pesquisa da Buysidebrasil.

Ela diz que a composição do IPCA em setembro se mostrou melhor que as suas expectativas "e possivelmente muito melhor que as expectativas do mercado". Algumas casas revisaram suas projeções de 2025, como o Barclays (para 4,6%, de 4,9%), a XP (para 4,7%, de 4,8%) e o J.P. Morgan (para 4,7%, de 4,9%). A meta de **inflação** é 3%, com tolerância de até 4,5%.

Após a divulgação do IPCA de setembro, a equipe do Bradesco, liderada por Fernando Honorato, reforçou a visão de uma "trajetória mais benigna da **inflação** em direção à nossa projeção de 4,5%, no limite superior do intervalo da meta para o ano", revisão que foi apresentada na semana passada.

Das nove classes de despesas analisadas, quatro aceleraram de agosto para setembro: habitação (de -0,90% para 2,97%); alimentação e bebidas (de -0,46% para -0,26%); transportes (de -0,27% para 0,01%); e despesas pessoais (de 0,40% para 0,51%). Foi observada desaceleração em artigos de residência (de -0,09% para -0,40%); vestuário (de 0,72% para 0,63%); saúde e cuidados pessoais (de 0,54% para 0,17%); educação (de 0,75% para 0,07%); e

comunicação (de -0,09% para -0,17%).

A difusão, que mede a proporção de itens com aumento de preços, caiu para 52,3% em setembro, de 56,8% em agosto, segundo cálculos do Valor Data.

O principal fator altista para o IPCA de setembro foi a energia elétrica residencial, que subiu 10,31%, após recuar 4,93% em agosto, e respondeu por 0,41 ponto percentual (p.p.) do índice geral. A alta reflete a devolução do chamado "bônus de Itaipu", que gerou desconto nas faturas de agosto, e a bandeira tarifária vermelha 2, além de reajustes de tarifas em algumas capitais. Com isso, os preços de habitação, que inclui energia, tiveram a maior alta para setembro em 30 anos.

Fazendo uma "correção" nos impactos da energia, o IPCA entre agosto e setembro teria ido de 0,06% a 0,07%, estima Luis Otávio Leal, economista-chefe da G5 Partners. "Outra forma de expurgar essa influência seria observar apenas os "preços livres", que passaram de 0,07% em agosto para uma deflação de 0,01% em setembro", diz.

O grupo alimentação e bebidas teve o quarto mês seguido de queda, ainda que menos intensa do que em agosto (-0,46%). Em quatro meses, a contração é de 1,17%. "A oferta de alimentos "in natura" está maior, então, traz essa pressão para uma variação negativa", diz Fernando Gonçalves, do IBGE.

Dentro do grupo, a alimentação no domicílio caiu menos em setembro (-0,41%) do que em agosto (-0,83%). A alimentação fora de casa, por sua vez, desacelerou a alta para 0,11%, de 0,50% em agosto, com a refeição em restaurantes passando a recuar 0,16%, depois de subir 0,35% no mês anterior. Foi a primeira queda das refeições em mais de cinco anos, observa Roberto Secemski, economista-chefe para Brasil do Barclays. A última retração havia sido em agosto de 2020(-0,56%), na pandemia.

Secemski destaca também os transportes, pressionados pelos combustíveis, mas beneficiados pela queda "anormalmente grande" nos seguros de veículos (-6%), que já havia aparecido na prévia da **inflação**, o IPCA-15. "A razão por trás desse movimento ainda não está clara para nós, o que levanta questões sobre se uma recuperação poderia

ser esperada nas próximas leituras ou se esse foi um movimento permanente", afirma.

O economista do Barclays menciona ainda as despesas pessoais, que subiram em setembro conforme a queda temporária em cinemas, após promoções, começou a ser revertida, passando de -4% em agosto para 2,8% no mês seguinte.

A deflação em seguros de veículos e o alívio na alimentação fora de casa contribuíram, junto com passagens aéreas, para a desaceleração em serviços, para 0,13% em setembro, de 0,39% em agosto, diz Secemski. "No geral, a **inflação** em 12 meses de serviços permaneceu praticamente inalterada, oscilando de 6,16% no mês passado para 6,14% em setembro, bem acima da média pré-pandemia de 4,2% durante 2017-2019", afirma.

"Movimento em seguro de veículos ainda não é clame levanta questões" Roberto Secemski

A surpresa baixista na alimentação fora do lar também explica em grande parte a variação menor dos núcleos, diz Alexandre Maluf, economista da XP. A média dos cinco núcleos (medidas para suavizar volatilidades) monitorados pelo Banco Central subiu 0,19% em setembro, de 0,30% em agosto. Em 12 meses, desacelerou para 5,09%, de 5,12%, mas permanece em patamar elevado, diz Secemski.

Ele já dizia ver riscos de baixa para sua projeção de IPCA em 2025 por causa do repasse de um real mais forte. "Como continuamos a observar um comportamento benigno de vários bens industriais em períodos recentes, incluindo as grandes quedas hoje [ontem] nos preços de fogões em 3,6%, geladeiras em 1,7% e televisores em 2,1%, entre vários outros itens, ajustamos nossa projeção."

A **inflação** de bens comercializáveis em 12 meses desacelerou para 5,4% em setembro, de 5,9% em agosto e de um pico de 7% em abril, observa Secemski. Os bens industriais em particular subiram 0,05% em setembro, de 0,17% em agosto.

Por outro lado, ele nota que a **inflação** de bens não comercializáveis subiu 5,1% em 12 meses até setembro, mesmo nível de agosto, mas ainda 1 p.p. acima da mínima de 4,1% de fevereiro. O grupo é sustentado por uma **inflação** de serviços mais rígida, diz o economista.

Os serviços subjacentes, mais ligados ao ciclo econômico, surpreenderam ao subirem apenas 0,03% em setembro, ante 0,34% em agosto, com a média móvel trimestral anualizada e dessazonalizada passando para 4,8%, de 5,8%, o ritmo mais lento

desde meados de 2024, segundo Secemski. "No entanto, destacamos novamente o papel temporário desempenhado pelo seguro de veículos e pelas refeições: se esses dois itens tivessem permanecido inalterados em setembro, os serviços subjacentes teriam aumentado 0,29%", estima.

Em 12 meses, a **inflação** dos serviços subjacentes ainda acelerou para 6,76% em setembro, de 6,74% em agosto, mantendo-se perto de seu nível mais alto em 28 meses, observa Secemski.

Apesar do resultado abaixo do esperado no IPCA, as pressões ainda são "intensas" e "generalizadas" especialmente entre os serviços, que rodam em 6%, inclusive em "métrica-chave", como serviços intensivos em mão de obra e sensíveis à ociosidade, diz Alberto Ramos, diretor de pesquisa econômica para América Latina do Goldman Sachs. Os serviços sensíveis à mão de obra, por exemplo, subiram 0,33% em setembro, de 0,65% em agosto, mas avançaram 1 p.p. em 12 meses, para 6,32%.

"Apesar da surpresa baixista, vemos espaço limitado para a **inflação** de serviços convergir à meta, dado que o mercado de trabalho segue apertado e os componentes cíclicos do **PIB** devem acelerar nos próximos trimestres", diz Maluf.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20251010>

# Rejeição da MP obriga o governo a conter gastos (Editorial)

Para um governo que depende de aumento de receitas para elevar seus gastos, a rejeição da medida provisória (MP) 1303, que pretendia arrecadar R\$ 10,5 bilhões neste ano e R\$ 20,9 bilhões em 2026, foi uma derrota importante. Os motivos da rejeição da MP importam menos que a armadilha fiscal que o Planalto criou para si próprio, ao implantar enxertos econômicos que tornaram o regime fiscal progressivamente inviável - como aumentos reais para o salário mínimo. Os recursos que a MP buscava angariar sequer se destinavam a cumprir com rigor as metas fixadas de déficit zero no corrente exercício e 0,25% do PIB no próximo, mas a seu piso inferior (resultado negativo de R\$ 31 bilhões em 2025 e zero em 2026).

A MP pretendia compensar aumento de IOF feito por decretos de maio e junho, mas derrubados por um decreto do Legislativo de 25 de junho. A questão foi parar no Supremo Tribunal Federal (STF), que, em 17 de julho, restabeleceu parcialmente a validade dos meios utilizados pelo Executivo, e sua prerrogativa, de elevar o tributo.

O STF eliminou apenas uma cobrança que julgou indevida: a do risco sacado, instrumento que antecipa receitas para fornecedores com aval dos compradores de mercadorias e serviços. O Ministério da Fazenda, na época, calculou que a exclusão desse item causaria uma redução da arrecadação esperada de R\$450 milhões em 2025 e R\$ 3,5 bilhões em 2026. Mas, para compensar o que na época se afigurava como perdas totais do IOF, encaminhou por medida provisória um pacote de aumento de receitas de R\$ 31,5 bilhões. Os demais R\$ 10,5 bilhões da MP 1303 rejeitada incluíam medidas que continham despesas. Não se falou muito nesse excesso de R\$ 27,5 bilhões, que provavelmente se destinaria a cobrir gastos adicionais ou despesas a serem criadas.

A MP calibrava tributação sobre investimentos isentos (em especial LCA e LCI), que passariam a ter alíquotas de 5%, aumentava a CSLL sobre fintechs, de 9% para 15%, igualando a tributação à dos bancos, elevava o imposto sobre apostas esportivas de 12% para 18% e o sobre Juros sobre Capital Próprio (JCP) de 15% para 20%. O Imposto de Renda sobre aplicações financeiras deixaria de ser escalonado em função de prazos (de 15% para investimentos acima de 720 dias, a 22,5%, para os até 180 dias) e, em seu

lugar, haveria só uma alíquota de 17,5%.

O Centrão, irredutível em vetar o aumento da taxa das apostas esportivas, eliminou também aumento do IR das LCI e LCA, e ampliou a alíquota das aplicações financeiras de 17,5% para 18%, reduzindo a de JCP, dos 20% propostos para 18%. A votação na Comissão Mista do Congresso, no qual a desfiguração da proposta original foi aprovada por um voto - 13 a 12 -, foi um sinal de que a MP seria rejeitada, como foi.

Ficaram pelo caminho boas e más ideias. A cantilena do Planalto eleitoral de pobres contra ricos - o Congresso a favor dos últimos e o governo, dos primeiros - é eleitoreira e capenga. Foi o governo do presidente Lula que criou as LCI e LCA isentas para impulsionar a agropecuária e a construção imobiliária, em 2004. Duas décadas depois, descobriu-se que provocam distorções entre investimentos e, o que parece ser o motivo principal, concorrem com vantagens com a captação de recursos pelo Tesouro, que tem de cobrir déficits crescentes com juros intoleráveis.

O argumento sugere que os prêmios dos títulos do governo subiram porque têm de disputar colocações com uma enxurrada de títulos isentos, que incluem ainda debêntures incentivadas, CRA, CRI etc. Há alguma verdade nisso, já que todos os investimentos isentos têm liquidez quase imediata, com baixa carência - sempre ao contrário das intenções quando de sua criação -, enquanto a gigantesca dívida do Tesouro, de R\$ 6,9 trilhões (setembro), tem a mesma sina e tem de ser toda refinanciada em quatro anos. Mas o governo, ao mesmo tempo, queria eliminar a tributação por prazo de vencimento, o que colocaria o Tesouro, que sempre busca alongar seus débitos, em pior situação e sob maior pressão para subir a remuneração paga aos investidores.

Os fatores principais que levam à exigência de taxas maiores na rolagem da dívida pública são a trajetória pouco controlada do endividamento público e as dúvidas sobre a capacidade do governo em honrar débitos em futuro não muito distante. O governo Lula encerrará seu mandato sem produzir um real de superávit primário, e o saldo positivo entre receitas e despesas é a única forma de reduzir débitos que estão crescendo pelo peso enorme dos juros, que subiram para inibir um crescimento acima do potencial,

estimulado por gastos públicos elevados.

Ainda que a batalha eleitoral de 2026 já tenha se iniciado no Congresso, o governo será obrigado a contingenciar ou bloquear mais recursos agora e no ano que vem, se a via para obter mais receitas continuar bloqueada no Legislativo. É um caminho que já deveria estar sendo trilhado desde 2023 e no qual o novo regime fiscal, em seu desenho original, oferecia ao menos a chance de uma performance muito superior à caricatura que se tornou com as modificações feitas logo em seu início, com a intenção clara de impulsionar gastos para turbinar a economia.

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso/20251010>

# Derrota do governo na MP do IOF derruba juros futuros e dá alívio a LFT

**Gabriel Caldeira, Maria Fernanda Salinet, Bruna Furlani e Arthur Cagliari De São Paulo**

Na contramão dos demais ativos locais e da maior aversão a risco vista no exterior, os juros futuros anotaram queda forte e recuaram até 10 pontos-base (0,10 ponto percentual) ontem. O bom desempenho foi impulsionado pelos números do IP-CA de setembro, que não apenas vieram abaixo do esperado, como mostraram uma desaceleração relevante nos preços dos serviços, item considerado importante para a política monetária do Banco Central (BC).

A derrubada pelo Congresso da Medida Provisória (MP) 1.303, que substituiria a alta do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), também foi bem-recebida pelo mercado, ao impor uma derrota ao governo. A percepção entre agentes financeiros de enfraquecimento do Executivo no Congresso chegou a dar suporte para uma queda do dólar à vista no começo da manhã de ontem, mas o humor externo acabou fazendo a moeda americana mudar de direção durante o pregão. No fim do dia, o dólar à vista encerrou em alta de 0,58%, cotado a R\$ 5,3751.

Movimento parecido ocorreu com o Ibovespa, que chegou a subir no início do pregão, mas perdeu força, em meio ao menor apetite a risco global e às perdas mais intensas das ações da Petrobras. No término da sessão, o índice recuou 0,31 %, aos 141.708 pontos.

Já os juros futuros locais destoaram dos rendimentos dos Treasuries (títulos do Tesouro americano) e fecharam em queda: no fim do dia, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) com vencimento de janeiro de 2027 caiu de 14,10%, do ajuste anterior, para 14,02%; a do DI de janeiro de 2029 recuou de 13,44% a 13,34%; e a do DI de janeiro de 2031 anotou forte queda de 13,665% a 13,595%.

Por ser bastante ligado ao desempenho da economia e do mercado de trabalho, a perda de tração do setor de serviços no IP-CA de setembro foi bem-recebida pelo mercado. Gustavo Okuyama, gestor de renda fixa da Porto Asset, diz que o dado mostrou uma retomada da trajetória de melhora qualitativa da **inflação** doméstica observada em junho e julho, e que sofreu uma interrupção em agosto. Nesse sentido, a divulgação de ontem foi lida como "muito positiva" para o ciclo de flexibilização monetária que deve se iniciar

no ano que vem pelo Banco Central.

Okuyama avalia que os juros nominais carregam alguma assimetria. "O mercado "emagreceu" muito os cortes no último mês, não em reação ao que efetivamente aconteceu na economia, mas sim à comunicação dura do BC", diz. Na visão do executivo, a autoridade monetária local pode ser surpreendida com uma desaceleração da atividade mais forte do que o esperado no momento e ter que mudar a retórica rapidamente. Ele avalia que uma inflexão da comunicação do BC antes do fim do ano é possível, a fim de preparar para um corte da Selic entre janeiro ou março de 2026. Floje, o cenário-base da gestora é de uma redução de 0,5 ponto percentual, a 14,5%, em março do ano que vem.

Pensando nessa "inflexão" da comunicação e num ciclo que deve ser maior do que o precificado, a Porto Asset carrega posições aplicadas (que apostam na queda das taxas) em juros nominais com prazo de dois anos, cujo desempenho "não depende tanto de antecipar o ciclo de corte, mas sim de um ciclo mais profundo", diz Okuyama.

Ainda que o IPCA tenha sido o principal direcionador para o mercado de juros ontem, a derrubada da MP 1.303 abriu espaço para a queda dos juros reais extraídos das NTN-Bs e para um alívio no mercado secundário de LFTs (títulos públicos atrelados à Selic).

No fim da tarde, a taxa da NTN-B com vencimento em agosto de 2028 anotou queda de 8,34%, do fechamento da véspera, para 8,29%. Já no caso das LFTs, o estresse observado ao longo da sessão passada foi praticamente devolvido ontem, conforme relataram ao Valorgestores e traders de renda fixa. No fim do dia, a taxa do papel atrelado à Selic para julho de 2031 passou de 0,1152%, na véspera, para 0,1050%.

As LFTs, tidas como ativos "livre de risco" do Brasil, registraram um aumento de prêmios na terça e quarta-feira diante da perspectiva de que a MP 1.303 unificasse a tributação para rendimentos de aplicações financeiras em 18%, independentemente do prazo de investimento. Isso fez com que a demanda pelos títulos diminuísse e provocasse uma onda vendedora no mercado secundário.

Ontem, porém, esse movimento passou por uma reversão, com a derrubada da pauta no Congresso, apesar dos riscos fiscais elevados. "Na quarta-feira, as LFTs fecharam muito estressadas, [as taxas] chegaram a subir 150 pontos-base dependendo do vencimento, e se não tivesse tido a suspensão da MP, hoje [ontem] seria dia de sangue", diz Sérgio Machado, gestor de renda fixa da MAG Investimentos. "Desde cedo, acomodou. Já está devolvendo um pedaço, mas não todo o estresse", destacou o executivo.

Apesar do alívio no cenário local, com o IPCA e a derrubada da MP, o desempenho mais fraco dos mercados emergentes ajudou a pressionar a bolsa brasileira ontem. "O pessoal diminuiu um pouco o risco, mas hoje [ontem] o mercado deveria ter reagido melhor", aponta o CEO da gestora de ações Alpha Key.Ch ristian Keleti. "Falta fluxo, falta dinheiro novo e, eventualmente, o estrangeiro pode voltar a aumentar", completa.

No fim do dia, o EEM (principal fundo de índice de mercados emergentes negociado em Nova York) fechou em queda de 1,03%, ao passo que o EWZ (principal fundo de índice de ações brasileiras negociado em NY) cedeu 0,67%.

O dia também foi de desvalorização de moedas emergentes frente ao dólar. Na ausência de gatilhos locais que beneficiassem divisas emergentes, ou sem outras narrativas que fornecessem suporte a elas, o que predominou foi o movimento global do dólar, diz um gestor de moedas. O diretor de tesouraria do Travelex Bank, Marcos Weigt, avalia que, com o cenário local no radar, o recuo do real frente ao dólar pode continuar, caso aumente a percepção de risco. "A leitura é que o dólar pode voltara R\$ 5,45."

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso/20251010>

# Efetivar temporários deve custar R\$ 24,7 bi

**Giordanna Neves De Brasília**

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) aprovada pela Câmara dos Deputados na terça-feira (7), que efetiva vínculos temporários e flexibiliza regras de aposentadoria para agentes comunitários de saúde e de combate às endemias, pode elevar os gastos previdenciários em R\$ 24,72 bilhões ao longo de dez anos. Esse montante abarca tanto o Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS) quanto o Regimes Próprios de **Previdência Social** (RPPS), segundo estimativas do Ministério da **Previdência Social** (MPS) obtidas pelo Valor.

Na situação atual, a projeção é de insuficiência de R\$ 59,46 bilhões. Já na simulação da PEC, a insuficiência acumulada alcança R\$ 84,18 bilhões. Assim, estima-se que a proposta represente acréscimo de R\$ 24,72 bilhões nos gastos dos dois regimes ao longo da primeira década. Já a previsão de impacto atuarial, no mesmo período, é de R\$ 28,11 bilhões.

Os valores consideram apenas a regra permanente prevista na PEC, sem incluir as normas de transição, que podem elevar ainda mais o impacto. O MPS ressalta que o montante pode aumentar caso seja estendida a paridade aos atuais aposentados, prevista na PEC.

O texto constitucional aprovado pela Câmara cria um regime diferenciado de aposentadoria para a categoria, com idade mínima de 57 anos para mulheres e 60 para homens, desde que comprovados 25 anos de contribuição e de efetivo exercício na função. Também assegura integralidade e paridade para quem ingressou no serviço público até a data da promulgação, define regras de transição até 2041 e determina a efetivação dos agentes contratados até 2028, além de proibir contratações temporárias, salvo em casos de emergência em saúde pública.

Uma das regras de transição, válida para servidores que já ingressaram na carreira, prevê idade mínima de 50 anos para mulheres e 52 anos para homens até 2030, desde que cumprido o tempo mínimo de 25 anos de contribuição, com possibilidade de redução de até cinco anos na idade mínima para cada ano de contribuição que ultrapassar esse período. Como exemplo, uma agente que ingressou aos 18 anos, em 1999, poderia se aposentar em 2026, aos 46 anos.

A emenda constitucional estabelece ainda que a União prestará assistência financeira complementar aos

entes federativos e ao Fundo do Regime Geral de **Previdência Social**, ampliando o alcance da medida. A abrangência da PEC foi estendida também aos agentes indígenas de saúde e de saneamento, o que tende a aumentar o número de beneficiários.

As projeções consideram o valor presente descontado a uma taxa de 5% ao ano, segundo a metodologia do MPS. Em outras palavras, o cálculo indica quanto seria necessário ter em caixa hoje para cobrir os compromissos previdenciários futuros nesse horizonte de 80 anos. A projeção de longo prazo é utilizada nas avaliações atuariais para calcular a sustentabilidade dos fundos previdenciários.

Os dados usados foram obtidos a partir da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) do Ministério do Trabalho e do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES). Foram contabilizados no total, em agosto de 2025, 366,6 mil agentes ativos no país, sendo 230,8 mil vinculados a regimes próprios e 135,7 mil ao regime geral. A remuneração média considerada foi de R\$ 3.514,38.

**Sítio:** <https://valor.globo.com/impresso/20251010>

# Careca do INSS comprou prédio de R\$ 4 mi à vista quatro anos após financiar lote de R\$ 109 mil

**Caio Spechoto**

Apontado como um dos principais operadores do esquema de descontos irregulares em aposentadorias, Antonio Carlos Camilo Antunes -que ficou conhecido como Careca do **INSS**- pagou, em 2024, R\$ 4 milhões à vista por um prédio comercial. Quatro anos antes, em 2020, ele havia fechado a compra de um lote de R\$ 108,9 mil financiado em dez anos.

Apurações da Polícia Federal e da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) do **INSS** apontam que, a partir de 2023, ao menos uma das empresas ligadas ao Careca do **INSS** recebeu transferências milionárias da Ambec (Associação de Aposentados Mutualista para Benefícios Coletivos), uma das entidades investigadas pelos descontos irregulares. Também foram detectadas outras movimentações que ligam Antunes a acusados de participar do esquema.

As informações sobre os imóveis de Antunes estão em escrituras e certidões obtidas pela Folha . As datas das compras à vista coincidem com o período apontado nas investigações. A dívida do imóvel comprado em 2020 foi quitada em 2023, sem usar todo o parcelamento ao qual o comprador tinha direito.

A defesa de Antunes foi questionada sobre o que explica ele ter tido capacidade para pagar imóveis de milhões de reais à vista nos últimos anos, em contraste com o financiamento de 2020, mas disse que não comentaria. O acusado negou irregularidades em depoimento à CPI.

O imóvel adquirido em 2020 é um lote onde, de acordo com a escritura, havia uma casa que Antunes e sua mulher, Tânia Carvalho dos Santos, já habitavam antes da compra. O imóvel fica em Vicente Pires, uma região que não está entre as mais valorizadas do Distrito Federal.

A escritura mostra que o casal comprou o lote da Terracap, estatal que administra terrenos em Brasília, em uma ação de regularização fundiária. Depois de serem descontadas obras de infraestrutura realizadas previamente pelos compradores, o lote foi avaliado em R\$ 108,9 mil. Houve um novo desconto sobre o valor,

de 25%, baixando para R\$ 81,6 mil.

Antunes e sua mulher decidiram incluir no financiamento custos acessórias da transação, como pagamento de **impostos**. Assim, o total financiado pelo BRB (Banco de Brasília) ficou em R\$ 86,7 mil. O contrato previa pagamento em 120 meses, com juros efetivos de 9,92% ao ano. A primeira parcela foi fixada em R\$ 1.454,60.

A dívida, porém, foi quitada em 2023, de acordo com a certidão de ônus. Em janeiro de 2024, o cartório de imóveis competente foi informado e a propriedade passou a ser do casal sem ressalvas -em 2025, quando o escândalo do **INSS** estourou , o imóvel foi declarado indisponível em dois processos judiciais.

Nos anos seguintes à aquisição, Antunes passou a comprar imóveis mais caros e pagar à vista, às vezes em transferências via Pix , como mostrou a Folha . A reportagem localizou seis imóveis comprados por ele ou por suas empresas em 2023, 2024 e 2025 no Distrito Federal.

A lista inclui um prédio comercial de R\$ 4 milhões comprado por uma das empresas de Antunes e pago por ele com uma TED (Transferência Eletrônica Disponível), em junho de 2024. Também uma casa no Lago Sul, uma das regiões mais caras de Brasília, por R\$ 3,3 milhões, pagos por transferência bancária. Nesse caso, o negócio foi oficializado em abril de 2024.

Além disso, a Polícia Federal encontrou outros três negócios imobiliários envolvendo Antunes em São Paulo (SP), todos em 2024. As transações somam, de acordo com o relatório do órgão, R\$ 7 milhões. Os investigadores escreveram que os negócios "apresentam fortes indícios de lavagem de dinheiro".

O investigado negou irregularidades em seu depoimento à CPI do **INSS**. Disse que sempre prestou serviços às associações e que, se as entidades tiverem praticado descontos indevidos em aposentadorias, a responsabilidade é delas.

Ele classificou a si mesmo como "um empreendedor

nato" e como alguém com "uma trajetória marcada pela garra, pela resiliência, pela determinação de vencer na vida" durante a oitiva. "Toda a minha prosperidade é fruto de trabalho honesto e dedicado. Nunca possuí patrimônio oriundo de roubo ou de qualquer prática ilícita", disse ele na oportunidade.

Antunes está preso desde 12 de setembro . A Segunda Turma do STF (Supremo Tribunal Federal) validou a prisão , decretada sob o argumento de que ele tentava frustrar as investigações sobre os descontos em benefícios previdenciários. "Jamais tentei obstruir qualquer investigação", disse o investigado à CPI.

**Site:**

**<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/10/careca-do-inss-comprou-predio-de-r-4-mi-a-vista-quatro-anos-apos-financiar-lote-de-r-109-mil.shtml>**